

COMUNICADO PROCESSO SELETIVO PARA DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO REFER

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A **FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER**, CNPJ nº 30.277.685/0001-89, entidade fechada de previdência complementar regida pelas Leis Complementares de nº 108/2001 e nº 109/2001, **comunica aos seus participantes ativos e assistidos (aposentados) a abertura de inscrição de Processo Seletivo para preenchimento do cargo de DIRETOR-PRESIDENTE**, conforme especificações expressas neste COMUNICADO, obedecendo a parâmetros, critérios e características, em conformidade com o Estatuto Social da Fundação REFER vigente (art. 26), Resolução CNPC nº 39/2021 e Resolução PREVIC nº 23/2023 (art. 25).

2. OBJETIVO

O Processo Seletivo tem por objetivo a seleção de candidatos, entre os participantes ativos e assistidos (aposentados) da Fundação REFER, com comprovada experiência para exercer o cargo de Diretor-Presidente, considerando o perfil, atribuições, competências, qualificações, conhecimentos requeridos e comprometimento com as responsabilidades exigidas.

3. DO PERFIL REQUERIDO PARA O CARGO

Será observado, para o exercício do cargo de Diretor-Presidente, o perfil que demonstre experiência, ética, iniciativa, resiliência, liderança, foco na eficiência e eficácia, bom relacionamento interpessoal em diversos âmbitos, capacidade de adaptação ao ambiente e às pessoas, capacidade de inovação, comunicação ativa, habilidade no processo decisório, habilidade de delegação, capacidade de assumir riscos, administração de conflitos, autogestão, visão estratégica do negócio com foco em resultado e visão sistêmica.

4. DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA-PRESIDÊNCIA/DIPRE (MANUAL DE ORGANIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO REFER)

RESPONSABILIDADES:

A Diretoria-Presidência, em conformidade às disposições legais e estatutárias, observadas as diretrizes e os limites estabelecidos pelas autoridades governamentais competentes e pelo Conselho Deliberativo, é responsável por alcançar e garantir níveis significativos e crescentes de eficiência e eficácia, na comunicação interna e externa, suporte jurídico, no planejamento e desenvolvimento organizacional, no monitoramento dos riscos corporativos, nos controles internos e compliance, além de ser responsável pela direção e coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva da REFER.

ATRIBUIÇÕES:

Além das competências conferidas pelo Estatuto Social da Fundação REFER, é atribuição da Diretoria Presidência:

- deliberar, planejar, gerir e controlar os assuntos relacionados à comunicação institucional, ao marketing, aos serviços jurídicos, ao planejamento estratégico, ao orçamento, ao desenvolvimento organizacional, aos controles internos e compliance e à Diretoria Executiva;
- encaminhar para deliberação da Diretoria Executiva as proposições sobre assuntos de alçada decisória daquele colegiado;
- estabelecer os atos necessários à administração da Fundação REFER; e
- representar a Fundação REFER ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procuradores com poderes "ad judícia" e "ad negotia", bem como prepostos perante a justiça do trabalho, e, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, designar prepostos outros, sempre com atribuições específicas. No caso da representação da Fundação REFER em convênios, contratos e acordos deverá existir previamente a aprovação da Diretoria Executiva e a movimentação bancária deverá ser sempre em conjunto com outro Diretor.

5. DAS COMPETÊNCIAS DO DIRETOR-PRESIDENTE/DIPRE (ART. 34 DO ESTATUTO SOCIAL)

Compete aos Diretores, observadas as disposições legais e estatutárias e as diretrizes baixadas pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva:

I - Diretor-Presidente:

- representar a REFER ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procuradores com poderes ad judícia e ad negotia, bem como prepostos e, mediante aprovação da Diretoria Executiva, designar prepostos outros, sempre com atribuições específicas e prazo determinado;
- efetuar movimentação bancária sempre em conjunto com outro Diretor;
- convocar, presidir as reuniões da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, convocar o Conselho Deliberativo;
- admitir, promover, transferir, licenciar, requisitar, punir e dispensar empregados, contratar prestação de serviços, dentro das normas aprovadas;
- designar, dentre os membros da Diretoria, seu substituto eventual;
- designar e destituir os empregados e titulares dos cargos em confiança que deverão pertencer exclusivamente aos seus quadros, observados os Normativos Internos;
- fornecer às autoridades competentes as informações sobre os assuntos da REFER que lhe forem solicitadas;
- fornecer ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os elementos que lhes forem solicitados, pertinentes ao exercício regular de seus encargos, e os meios necessários ao desempenho de suas atribuições; e
- ordenar, quando julgar conveniente, exames e verificação no cumprimento dos atos normativos ou programas de atividades por parte dos órgãos administrativos.

6. DO SALÁRIO

6.1. Salário mensal de R\$ 42.625,99 (Quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos), posição junho/2024, considerando a aplicação do reajuste anual pelo INPC;

6.2. **Rubricas concedidas:** FGTS mensal, Gratificação Natalina e Gratificação de Descanso;

6.3. **Rubricas não concedidas:** anuênios, opção pelo recebimento de 50% do 13º Salário por ocasião da Gratificação de Descanso, abono do período de Descanso, multa 40% FGTS, aviso prévio;

6.4. O candidato escolhido para o exercício do cargo, que possui vínculo empregatício com Patrocinadora, deverá ser formalmente cedido a Fundação REFER, cabendo o valor a ser pago pela REFER ser extraído da diferença entre o valor bruto do salário mensal de Diretor-

7. DOS BENEFÍCIOS

7.1. **Benefícios concedidos:** Cartão Refeição e Alimentação, Assistência Médica e Odontológica;

7.2. **Benefícios não concedidos:** ajuda de custo, auxílio ou reembolso (gastos com moradia, mudanças, transportes, hospedagem, alimentação e outras diferentes daquelas firmadas em acordos coletivos) e outras despesas de caráter não reembolsáveis; auxílio materno-infantil; auxílio educação ensino fundamental/médio; e auxílio 3º Grau;

7.3. O candidato na condição de "Empregado cedido pela Patrocinadora", se for o escolhido, caso receba da Patrocinadora Cartão Refeição e Alimentação, deverá fazer opção por ocasião do exercício do cargo;

7.4. O candidato na condição de "Empregado cedido pela Patrocinadora", se for o escolhido, caso tenha pela Patrocinadora, direito a Assistência Médica e Odontológica, deverá fazer opção por ocasião do exercício do cargo.

8. DO LOCAL E DA JORNADA DE TRABALHO

8.1. As atividades serão desempenhadas de forma presencial na sede da Fundação REFER na cidade do Rio de Janeiro - RJ, de segunda a sexta-feira e sob regime de dedicação integral e exclusiva.

9. DO PERÍODO DO MANDATO

9.1. O candidato aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a exigência legal de prévia habilitação pela PREVIC (art. 22 da Resolução PREVIC nº 23/2023), **ocupará o cargo para cumprir mandato com término em 31 de agosto de 2027**, permitida uma única recondução para novo mandato pelo período de 04 (quatro) anos (§ 1º do art. 29 do Estatuto Social da Fundação REFER);

9.2. A Ata do Conselho Deliberativo e o respectivo Termo de Posse com prazo de mandato estipulado ao exercício do cargo de Diretor-Presidente, fundamentam a relação jurídica entre as partes;

9.3. O candidato na condição de "Participante Assistido" desligado da Patrocinadora, se for o escolhido, tomará posse como Diretor-Estatutário;

9.4. Ao candidato na condição de "Empregado cedido pela Patrocinadora", se for o escolhido, fica mantido seu contrato de trabalho com a Patrocinadora, ocorrendo sua cessão a REFER para cumprir o mandato do cargo de Diretor-Presidente;

9.5. Ao candidato na condição de "Empregado da Fundação REFER", se for o escolhido, fica mantido seu contrato de trabalho firmado com empregado da REFER. Por ocasião da ocupação do cargo de Diretor-Presidente seu contrato de trabalho fica suspenso durante o período de vigência do mandato.

10. DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE SELEÇÃO

10.1. As inscrições, avaliação dos candidatos e respectivos documentos serão realizados pela **SOMA DESENVOLVIMENTO HUMANO**, empresa responsável pelo processo de seleção, que avaliará o nível de atendimento dos candidatos aos requisitos exigidos para o exercício do cargo, considerando:

- Receber as inscrições;
- Receber a documentação exigida neste COMUNICADO;
- Analisar a documentação apresentada visando a comprovação dessas informações;
- Realizar a avaliação e análise curricular, das declarações, das certidões etc.;
- Realizar entrevista com todos os candidatos observando o desempenho e análise comportamental, considerando o perfil requerido, a fim de se verificar o nível de desenvolvimento nas competências profissionais demandadas para o cargo;
- Emitir relatório/parecer individual de avaliação dos 05 (cinco) candidatos finalistas pré-selecionados para o cargo;
- Emitir relatório final sobre o processo de seleção.

10.2. As dúvidas a respeito do processo de seleção poderão ser esclarecidas pelo e-mail refer.dipre@somadesenvolvimento.com.br

11. CABE AO CONSELHO DELIBERATIVO

11.1. A escolha do candidato e o encaminhamento pela Diretoria da documentação comprobatória em atendimento aos requisitos exigidos ao exercício do cargo de Diretor-Presidente para análise da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão responsável pela habilitação de membros da Diretoria Executiva de entidades de previdência complementar fechada, conforme previsto na Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023;

11.2. Dar posse ao candidato escolhido, considerando a prévia emissão do Atestado de Habilitação de Dirigente pela PREVIC.

12. DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE - PROCESSO SELETIVO

(i) Estatuto Social da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER (13ª edição, de abril/2022);

(ii) Código de Ética e Conduta (Aprovado pela Resolução nº 017-2020/CODEL, de 31/03/2020 - 5ª versão)

(iii) Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001;

(iv) Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001;

(v) Resolução CNPC nº 35/2019, de 20/12/2019; Publicação DOU: 26/02/2020, Edição: 38, Seção: 1, Página: 7;

(vi) Resolução CNPC nº 39/2021, de 30/03/2021; Publicação DOU: 26/04/2021, Edição: 76, Seção: 1, Página: 181;

(vii) Resolução PREVIC nº 23/2023, de 14/08/2023 (Capítulo II - Das Regras Relativas à Governança, Seção VI - Habilitação de Dirigente);

(viii) Resolução PREVIC nº 24/2023, de 21/11/2023; Publicação DOU: 23/11/2023, Edição: 222, Seção: 1, Página: 83.

13. DAS INSCRIÇÕES

13.1. **O período de inscrição será das 10:00 hs do dia 01/11/2024 até às 16:00 hs do dia 11/11/2024;**

13.2. Poderão participar do processo de seleção os participantes ativos e assistidos (aposentados) dos planos de benefícios administrados pela Fundação REFER e que atendam aos requisitos registrados neste COMUNICADO;

13.3. Os dados registrados estão sujeitos à confidencialidade e somente serão utilizados para efeito deste processo de seleção, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);

13.4. **Não serão aceitas inscrições após o período estabelecido.**

14. PODERÃO PARTICIPAR DO PROCESSO SELETIVO:

14.1. Os participantes ativos e assistidos (aposentados) dos planos de benefícios administrados pela Fundação REFER que atendam, cumulativamente, aos requisitos estabelecidos no Estatuto Social da Fundação REFER vigente (art. 26), Resolução CNPC nº 39/2021 e Resolução PREVIC nº 23/2023 (art. 25);

14.2. Membros do Conselho Deliberativo, sendo vedada sua participação no momento de apreciação do assunto relativo ao processo de seleção nas reuniões do Colegiado, compreendendo o período de abertura das inscrições até a escolha do candidato aprovado;

14.3. Membros do Conselho Fiscal também poderão se candidatar, seguindo a regra do Conselho Deliberativo; e

14.4. Membros da Diretoria Executiva também poderão se candidatar, mantendo suas atividades caso seja o escolhido, até o dia anterior a sua posse.

15. DOS REQUISITOS E DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA:

15.1. Ser participante de um dos planos de benefícios administrados pela REFER, durante todo o exercício do mandato;

15.2. Cópia de documento de identificação;

15.3. Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física;

15.4. Comprovante de residência (possuir residência no Brasil);

15.5. Currículo profissional - **"ANEXO F – Modelo de Currículo disponibilizado pela Soma Desenvolvimento"** (preenchimento obrigatório conforme modelo);

15.6. Documentação comprobatória da experiência profissional:

15.6.1. Cópia de Resoluções, Portarias, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e outros documentos que comprovam a nomeação ao cargo e funções ocupadas;

15.6.2. Quando as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) não se fizerem suficientes para a identificação da experiência exigida, deverá ser acrescida de declaração/documentos do empregador;

15.6.3. A declaração de exercício de função firmada pelo dirigente máximo da entidade, acompanhada dos respectivos termos de posse, quando a experiência estiver relacionada a cargo exercido na Fundação REFER;

15.6.4. Outros documentos julgados hábeis.

15.7. Cópia do certificado emitido por instituição autônoma certificadora reconhecida pela PREVIC:

15.7.1. Os membros da Diretoria Executiva terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação (§1º do art. 5º da Resolução CNPC nº 39/2021).

15.8. A comprovação dos requisitos mencionados neste item se dará mediante a apresentação de certificados, atestados, declarações e outros documentos comprobatórios:

15.8.1. Possuir competência técnica e gerencial comprovada;

15.8.2. Cópia do diploma ou do certificado de conclusão de curso superior;

15.8.3. Ter comprovada experiência de, no mínimo, três anos no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, de atuária, de previdência complementar ou de auditoria, nos termos da legislação aplicável (Resolução PREVIC 23/2023).

15.9. Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado:

15.9.1. Comprovação conforme certidões dos itens: 16.1 e 16.2.

15.10. Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público:

15.10.1. Preenchimento obrigatório por todos os candidatos conforme **"ANEXO A – Autodeclaração não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público"**.

15.11. Ter Reputação Ilibada:

15.11.1. Para os participantes ativos, na condição de empregados ativos das Patrocinadoras, requerer junto a empresa **"ANEXO B - Declaração de Conduta Ilibada" assinada pelo Órgão Responsável (papel timbrado da empresa)**; e

15.11.2. Para os participantes assistidos e para os casos específicos de participantes ativos de Patrocinadoras Extintas e/ou com prazos longos de desligamentos, deverá ser apresentada **"ANEXO C – Autodeclaração de Conduta Ilibada"** assinada pelo Candidato.

15.12. Declaração de Conflito de Interesses:

15.12.1. Preenchimento obrigatório por todos os candidatos conforme **"ANEXO D - Declaração de Conflito de Interesses"**.

16. CERTIDÕES/NADA CONSTA - EXIGIDAS

Apresentação das CERTIDÕES abaixo listadas, considerando análise criteriosa para fins de seleção e verificação da conformidade para habilitação ao exercício do cargo junto ao Órgão Fiscalizador – PREVIC:

16.1. Certidões ou declarações negativas cíveis e criminais de 1º e 2º grau da Justiça Federal da sede da EFPC:

<https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar>

(*) As duas certidões (cível e criminal) estão disponíveis no ato da solicitação. Devem ser enviadas também suas autenticidades.

16.2. Certidões ou declarações negativas cíveis e criminais de 1º e 2º grau da Justiça Estadual ou Distrital da sede da EFPC:

<https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/certidao>

(*) Enviar os 2 recibos de requerimentos (ações cíveis / ações criminais) Finalidade: Trabalho. Complemento da Finalidade: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social. Cargo Diretor-Presidente.

16.3. Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça; - disponível no ato da solicitação:

https://www.cnj.jus.br/improbidade_admin/consultar_requerido.php

(*) na seleção marcar a opção todas.

Deve ser enviada também sua autenticidade.

16.4. Consulta à Lista de Inabilitados para Função Pública:

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:25833836339641::NO:3,4,6>

(*) marcar a opção inabilitados.

Deve ser enviada também sua autenticidade.

16.5. Consulta à Lista de Responsáveis com Contas Julgadas Irregulares:

https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsex/f?p=105:21::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

(*) marcar a opção contas julgadas irregulares.

Deve ser enviada também sua autenticidade.

16.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas:

<https://www.tst.jus.br/certidao>

(*) Deve ser enviada também sua autenticidade

16.7. Comprovante de Situação Cadastral no Cadastro de Pessoa Física (CPF):

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>

17. CONSENTIMENTO TRATAMENTO DE DADOS

Termo de Consentimento – o candidato autoriza a empresa responsável pelo processo de seleção a realizar o tratamento de seus dados pessoais coletados no processo de seleção, com a finalidade exclusiva de cumprir as obrigações legais, estatutárias e normativas:

17.1. Preenchimento obrigatório por todos os candidatos conforme **"ANEXO E - Termo de Consentimento para Candidatos"**

18. DA AVALIAÇÃO REPUTACIONAL E DE IMAGEM E DE RISCO DE CONFLITO DE INTERESSES

18.1. O candidato escolhido pelo Conselho Deliberativo será submetido à "Avaliação Reputacional e de Imagem e de Risco de Conflito de Interesses" pela Gerência de Riscos e Compliance – GERIC.

19. SITUAÇÕES DE IMPEDIMENTO

19.1. Membros e ex-Membros da Diretoria Executiva que tiverem suas contas de exercícios anteriores rejeitadas;

19.2. Aqueles que se encontrem inabilitados, em qualquer circunstância, de forma definitiva, pela Previc ou outro Regulador, a assumir funções ou atividades no setor;

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A participação do candidato no processo seletivo implicará no seu pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste COMUNICADO, das quais não poderá alegar desconhecimento, bem como acessar os documentos aqui referenciados, especialmente o Estatuto e o Código de Ética da Fundação REFER disponíveis no site <https://www.refer.com.br/>

20.2. Casos omissos serão avaliados e deliberados pelo Conselho Deliberativo da Fundação REFER;

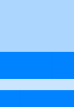
20.3. A Fundação REFER não ressarcirá quaisquer despesas incorridas pelos inscritos, decorrentes do processo de seleção objeto deste COMUNICADO.

Rio de Janeiro, 30 outubro de 2024

CONSELHO DELIBERATIVO

FUNDAÇÃO REFER

Dúvidas e Informações:



refer.dipre@somadesenvolvimento.com.br